
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA
COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.**

ENTRE

CAMARGO CORRÊA S.A.,

E

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

15 DE AGOSTO DE 2014



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado

CAMARGO CORRÊA S.A., sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários junto à CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 12º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ sob nº 01.098.905/0001-09 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35300145089, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente “Emissora”;

e, de outro lado

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, confirme alterada, para representar, perante a emissora, a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) da presente emissão, doravante designada simplesmente “Agente Fiduciário”,

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente *Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camargo Corrêa S.A.* (“Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Autorização

1.1 Autorização: A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 14 de agosto de 2014 (“AGE”).

2. Requisitos

2.1 Características da Emissão: A 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, pela Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), e a distribuição pública com esforços restritos das Debêntures, nos termos da Instrução CVM nº 476/09 (“Oferta Restrita”), serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

2.2 Dispensa de Registro na CVM: A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/09, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385/76.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

2.3 Registro na ANBIMA: A Oferta Restrita será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ("ANBIMA"), apenas para fins de envio de informações à Base de Dados ANBIMA, de acordo com os procedimentos que vierem a ser definidos pela referida entidade, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 1º, §2º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.4 Arquivamento e Publicação da Ata da AGE: A ata da AGE será protocolada para arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") juntamente com a presente Escritura e será publicada no (a) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (b) no jornal "Valor Econômico", nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.5 Inscrição e Registro desta Escritura: Esta Escritura e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão inscritos na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.6 Registro para Distribuição e Negociação: As Debêntures serão registradas para (a) distribuição pública no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"); e (b) negociação no mercado secundário, observado o disposto na Cláusula 2.6.1 abaixo, no Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a liquidação financeira e a custódia eletrônica das Debêntures realizadas por meio da CETIP.

2.6.1 Não obstante o descrito na Cláusula 2.6 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por Investidor Qualificado, conforme o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09 e do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09.

3. Características da Emissão

3.1 Objeto Social da Emissora: De acordo com o artigo 2º do Estatuto Social da Emissora, o objeto social da Emissora consiste na administração de bens próprios, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, o apoio às sociedades de cujo capital participa através de estudos e sugestões sobre a política operacional, de mobilização de recursos para o atendimento de necessidades adicionais, bem

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

como na prestação de serviços de assessoria e administração de bens e negócios de terceiros e de outras atividades afins.

3.2 Número da Emissão: A presente Escritura constitui a 8ª Emissão de Debêntures da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos.

3.3 Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão é de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).

3.4 Número de Série: A Emissão será realizada em série única.

3.5 Colocação e Procedimento de Distribuição: As Debêntures serão objeto de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, da 8ª Emissão da Camargo Corrêa S.A., celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

3.5.1 O plano de distribuição da Oferta Restrita seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, até no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.2 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

3.5.3 A Emissora obriga-se a não contatar ou fornecer diretamente informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor.

3.5.4 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador Líder organizará o Plano de Distribuição tendo como público alvo investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04 ("Investidores Qualificados").

3.5.5 Nos termos da Instrução CVM nº 476/09 e para os fins da Cláusula 3.5.4 acima, (a) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (b) as pessoas naturais e jurídicas deverão

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

subscrever, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures em valor não inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.6 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures; serão atendidos os clientes Investidores Qualificados do Coordenador Líder que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenador Líder com esses clientes, bem como outros Investidores Qualificados, mesmo que não sejam clientes do Coordenador Líder, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder e da Emissora.

3.6 Escriturador Mandatário: O escriturador mandatário da Emissão será o **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no complexo denominado Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, inscrito no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Escriturador Mandatário"), cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o atual Escriturador Mandatário nessas funções.

3.7 Banco Liquidante: O banco liquidante da Emissão será o **BANCO BRADESCO S.A.**, acima qualificado ("Banco Liquidante"), cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o atual Banco Liquidante nessas funções.

3.8 Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão destinados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, da Emissora.

4. Características das Debêntures

4.1 Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a Data da Emissão das Debêntures será 25 de agosto de 2014 ("Data de Emissão").

4.2 Conversibilidade, Tipo e Forma: As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.3 Espécie: As Debêntures serão da espécie Subordinada.

4.4 Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 600 (seiscentas) Debêntures.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

4.5 Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 48 (quarenta e oito) meses, a contar da Data de Emissão, vencendo em 25 de agosto de 2018 ("Data de Vencimento").

4.6 Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.7 Atualização do Valor Nominal Unitário: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.8 Pagamento da Remuneração: O pagamento da Remuneração será realizado em 4 (quatro) parcelas anuais e sucessivas, sendo o primeiro pagamento em 25 de agosto de 2015 e o último na Data de Vencimento.

4.9 Remuneração: As Debêntures farão jus a remuneração equivalente à variação acumulada de 113,50% (cento e treze inteiros e cinquenta centésimos por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na *internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI" e "Remuneração", respectivamente). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a data de seu efetivo pagamento, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator DI - 1)$$

onde:

J - valor da Remuneração de cada uma das Debêntures devida ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe - Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI - produtório das Taxas DI, acrescidas exponencialmente de um fator percentual, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

k - corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n_{DI} ;

n_{DI} - Número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

p - 113,50 (cento e treze inteiros e cinquenta centésimos);

TDI_k - Taxa DI de ordem k expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

dk - número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI_k ;

Para fins de cálculo da Remuneração:

- (a) o fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ será considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, assim como seu produtório;
- (b) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

- (c) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator Juros" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP; e
- (e) define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.9.1 Observado o disposto na Cláusula 4.9.2 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDI_k", a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.9.2 Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto.

4.9.2.1 No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 6 (seis) dias úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início da Cláusula 4.9.2 acima, convocar AGD (conforme definido abaixo) para deliberar, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº13/03, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração ("Remuneração Substitutiva").

4.9.2.2 Até o momento da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada para apuração de "TDI_k", o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

4.9.2.3 Caso Debenturistas reunidos em AGD, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), não aprovem a Remuneração Substitutiva proposta pela Emissora, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI, a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

4.9.3 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.10 Amortização: As Debêntures não serão amortizadas, sendo seu Valor Nominal Unitário integralmente devido na Data de Vencimento (“Amortização do Principal”).

4.11 Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora (a) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (b) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP (1) na sede da Emissora ou do Escriturador Mandatário; ou (2) pela instituição financeira eventualmente contratada para este fim.

4.12 Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.13 Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança (“Encargos Moratórios”).

4.14 Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.13 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.15 Forma de Subscrição e Integralização: A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a sua efetiva data de subscrição e integralização, por meio do MDA, de acordo com os critérios de liquidação financeira estabelecidos pela CETIP.

4.16 Repactuação: Não haverá repactuação das Debêntures.

4.17 Publicidade: Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – internet (www.camargocorrea.com.br).

4.18 Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será emitido extrato em nome do titular das Debêntures pela CETIP, o qual servirá igualmente como comprovante de titularidade.

4.19 Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

5. Aditamento à Escritura

5.1 Formalização de Aditamentos: Quaisquer Aditamentos a esta Escritura deverão ser inscritos na JUCESP.

6. Resgate Antecipado e Aquisição Facultativa

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

6.1 Resgate Antecipado: A qualquer tempo, mediante publicação de aviso aos Debenturistas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data do resgate, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data de seu efetivo pagamento ("Saldo Devedor"), acrescido de prêmio de: (a) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o Saldo Devedor, caso o resgate seja efetuado em até 720 (setecentos e vinte) dias contados da Data de Emissão, ou (b) 0,15% (quinze centésimos por cento) sobre o Saldo Devedor, caso o resgate seja efetuado entre 721 (setecentos e vinte e um) dias contados da Data de Emissão e a Data de Vencimento, observado que o resgate parcial deverá ser precedido de sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e, uma vez exercida pela Emissora a opção do resgate antecipado, tornar-se-á obrigatório para os todos os Debenturistas, no caso do resgate total, e, no caso de resgate parcial, para aqueles Debenturistas com relação às respectivas Debêntures sujeitas ao resgate conforme sorteio.

6.1.1 A liquidação financeira das Debêntures resgatadas total ou parcialmente será feita por meio dos procedimentos adotados pela CETIP.

6.1.2 O resgate antecipado parcial das Debêntures observará os procedimentos definidos pela CETIP. No entanto, todas as etapas para o Resgate Antecipado parcial, tais como qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

6.1.3 Caso ocorra o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6.2 Aquisição Facultativa: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, no caso de serem colocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

7. Vencimento Antecipado



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

7.1 Hipóteses de Vencimento Antecipado: Sujeito ao disposto nas Cláusulas 7.2 e 7.3 (e subcláusulas) abaixo, o Agente Fiduciário, mediante prévio aviso à Emissora, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir de imediato o pagamento da totalidade do saldo devedor em aberto, apurado na forma da lei, nas seguintes hipóteses ("Vencimento Antecipado"):

- (a) descumprimento pela Emissora, de quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias previstas e assumidas nesta Escritura e em especial àquelas referentes ao pagamento do principal, juros e demais encargos pactuados nas Debêntures;
- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, estabelecida nesta Escritura, incluindo aquelas elencadas na Cláusula 8 abaixo, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação do referido descumprimento: (1) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (2) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cura;
- (c) decretação do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratada pela Emissora ou por quaisquer sociedades direta ou indiretamente sujeitas ao seu controle exclusivo (não compartilhado), cujo valor agregado supere R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (d) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: (a) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (b) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, bem como se houver incorporações, cisões, fusões ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Emissora, exceto se houver prévia anuência dos Debenturistas na forma prevista nesta Escritura;
- (e) se a Emissora sofrer protestos de título(s) com valor que individualmente ou agregados sejam superiores a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, devidamente comprovados e revogados em até 30 (trinta) dias contados do efetivo protesto;
- (f) se a Emissora requerer a sua recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou ainda se houver a declaração da falência;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

- (g) decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora que imponha obrigação de pagar valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais), e tal valor não seja pago no prazo legal e ainda tal decisão possa prejudicar de forma adversa e relevante a situação econômico-financeira da Emissora;
- (h) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, ou ações do capital social da Emissora;
- (i) transformação da Emissora em sociedade limitada;
- (j) comprovação de que qualquer das declarações prestadas nesta Escritura e/ou no Contrato de Distribuição provaram-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas em qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, não sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de comunicação da referida comprovação (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, salvo nos casos em que houver prazo específico; e
- (k) ocorrência das hipóteses mencionadas no artigo 333, inciso I, e artigo 1.425, incisos II e III, do Código Civil Brasileiro.

7.1.1 Os valores mencionados nas alíneas (c), (e) e (g) acima serão reajustados ou corrigidos pelo Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV").

7.2 Vencimento Antecipado Automático: A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas 7.1(a), 7.1(d), 7.1(e), 7.1(f) e 7.1(i) acima acarretará o Vencimento Antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, desde que respeitados os prazos estabelecidos em cada uma das alíneas da Cláusula 7.1, ficando o Vencimento Antecipado condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora.

7.3 Vencimento Antecipado Não-Automático: Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas 7.1(b), 7.1(c), 7.1(g), 7.1(h), 7.1(j), e 7.1(k) acima, deverá ser convocada, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário e/ou Debenturistas tomarem conhecimento do evento, uma AGD para deliberar sobre a declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

10 abaixo. A AGD prevista nesta Cláusula poderá também ser convocada pela Emissora, ou na forma da Cláusula 10.2 abaixo.

7.3.1 A AGD de que trata esta Cláusula 7.3 poderá optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures.

7.3.2 Na hipótese (a) de não instalação da AGD mencionada na Cláusula 7.3 por falta de quórum, ou (b) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 7.3.1 acima pelo quórum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures nos termos indicados na Cláusula 7.1 acima.

7.4 Resgate das Debêntures decorrentes de Vencimento Antecipado: Na ocorrência do Vencimento Antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar, o Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data de seu efetivo pagamento, (b) no caso de Vencimento Antecipado ocorrido em decorrência da hipótese mencionada na Cláusula 7.1(a) acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados, e (c) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data da declaração do Vencimento Antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigadas, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

7.5 Comunicação à CETIP: Caso ocorra o pagamento decorrente do Vencimento Antecipado das Debêntures, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

8. Obrigações Adicionais da Emissora

8.1 Obrigações da Emissora: Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura e no Contrato de Distribuição, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas, em rol não exaustivo:

- (a) sempre que houver e, enquanto permanecer em descumprimento com qualquer obrigação prevista na presente Escritura, no Contrato de Distribuição e nos demais documentos da Oferta Restrita ("Documentos da Oferta Restrita"), não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio além do mínimo obrigatório definido pela

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização por escrito dos Debenturistas;

- (b) fornecer ao Coordenador Líder, em tempo hábil, todas as informações razoáveis, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a consumação da Emissão e da Oferta Restrita. Qualquer alteração ou incongruência verificada nas informações fornecidas deverá ser analisada pelo Coordenador Líder, visando a decidir, a critério fundamentado e de boa-fé deste, sobre a continuidade da Oferta Restrita. A Emissora será responsável pela suficiência e veracidade das informações fornecidas, obrigando-se a Emissora a indenizar os Debenturistas e o Coordenador Líder por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inveracidades ou omissões relativas a tais informações;
- (c) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (d) observar os mandamentos contidos nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil, em se materializando as situações fático/jurídicas previstas nos citados dispositivos legais;
- (e) preparar demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (f) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (g) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (i) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 4 (quatro) meses contados do encerramento de seu exercício social e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização, ou até o pagamento integral das Debêntures, o que ocorrer primeiro;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

- (j) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- (k) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (l) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02;
- (m) encaminhar qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação feita pelo Agente Fiduciário;
- (n) encaminhar ao Agente Fiduciário informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens da Cláusula 7.1 acima, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da sua ciência;
- (o) encaminhar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida, relacionada a um evento de inadimplemento das obrigações assumidas nesta Escritura, em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis após o seu recebimento;
- (p) contratar, com a concordância do Coordenador Líder, e manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (q) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura;
- (r) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura dos Documentos da Oferta Restrita e ao cumprimento de todas as obrigações ali previstas;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

- (s) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer AGD pela Emissora; e
- (t) comparecer às AGD, sempre que solicitada.

9. Agente Fiduciário

9.1 Nomeação: A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2 Declaração: O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83;
- (f) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (g) ser instituição financeira ou equiparada a instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (h) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) que verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; e
- (m) que exerce a função de agente fiduciário nas seguintes operações envolvendo a Emissora ou sociedades integrantes de seu grupo econômico:
 - (1) 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Emissora, no valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), representada por 600 (seiscentas) debêntures, com data de vencimento em 05 de novembro de 2019, com amortizações em 3 (três) parcelas anuais, no 5º (quinto), 6º (sexto) e 7º (sétimo) anos, e com pagamento de juros semestrais; e
 - (2) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário - CCDI, sociedade do mesmo grupo econômico da Emissora, no valor total de R\$ 400.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), representada por 400 (quatrocentas) debêntures, com data de vencimento em 14 de dezembro de 2019, com amortizações em 3 (três) parcelas anuais, no 5º (quinto), 6º (sexto) e 7º (sétimo) anos, e com pagamento de juros semestrais.

9.3 Substituição do Agente Fiduciário: Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada uma AGD dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, para deliberar sobre a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

9.3.1 Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observados os prazos previstos na Cláusula 10.2.2 abaixo, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta Restrita, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

9.3.4 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 28/83; e (b) deverá ser objeto de Aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser inscrito na JUCESP, nos termos da Cláusula 5.1 acima.

9.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

9.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por atos da CVM.

9.4 Deveres do Agente Fiduciário: Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (j) solicitar, quando julgar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

- (k) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.17, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (l) comparecer às AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
 - (2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (5) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula 7.1 acima; e
 - (9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedades controladoras, controladas, coligadas ou

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

integrantes do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os dados sobre tais emissões, conforme previstos na Instrução CVM nº 28/83.

- (n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (m) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (1) na sede da Emissora;
 - (2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (3) na CVM;
 - (4) na CETIP; e
 - (5) no endereço do Coordenador Líder.
- (o) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.17 acima, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (m) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (q) coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;

- (t) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 7.1 acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (u) manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado; e
- (v) emitir quitação dos pagamentos devidos a título de Remuneração das Debêntures e resgate do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde que confirmados previamente pelo Banco Liquidante.

9.5 Atribuições Específicas: O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.1 Observado o disposto nas Cláusulas 7.2 e 7.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) da Cláusula 9.5 acima, se, convocada a AGD, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 9.5 acima.

9.6 Remuneração do Agente Fiduciário: Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade a título de honorários pelo desempenho dos

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, parcelas anuais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias após a assinatura desta Escritura e as demais a cada 12 (doze) meses contados do pagamento da primeira parcela.

9.6.1 As parcelas anuais de que trata a Cláusula 9.6 acima serão devidas até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

9.6.2 Em caso de (a) inadimplemento no pagamento das Debêntures; (b) reestruturação das condições das Debêntures após sua emissão; (c) participação em reuniões ou conferências telefônicas; (d) atendimento a solicitações extraordinárias; (e) celebração de Aditamentos e/ou (f) horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão e às Debêntures, a ser paga no prazo de 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora de "Relatório de Horas". As atividades a que se refere esta Cláusula estão relacionadas:

- (a) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou Debenturistas e/ou AGD;
- (b) à implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas; e
- (c) à reestruturação das Debêntures, assim considerados os eventos relacionados à alteração:
 - (1) de eventuais garantias a serem constituídas;
 - (2) dos prazos de pagamento; e
 - (3) das condições relacionadas ao Vencimento Antecipado.

9.6.2.1 Não se incluem entre os eventos de reestruturação mencionados no item (c) acima os eventos de amortização e pagamento de Remuneração das Debêntures.

9.6.3 Os valores previstos nas Cláusulas 9.6 e 9.6.2 acima serão atualizados anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die*.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

9.6.4 As remunerações não incluem as eventuais despesas com publicações, taxas, emolumentos, autenticações de documentos, despachantes para obtenção de certidões, registros, cópias xerográficas, ligações interurbanas, transporte, alimentação, viagens e hospedagens, entre outras, que se fizerem necessárias para a prestação dos serviços, a serem cobertas pela Emissora.

9.6.5 As parcelas da remuneração de que trata a Cláusula 9.6 acima serão acrescidas de (a) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (b) Programa de Integração Social (PIS); (c) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); (d) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); (e) Imposto de Renda (IR) e (f) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.6.6 As remunerações serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

9.7 Despesas: A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário, de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora.

9.7.1 O ressarcimento a que se refere a Cláusula 9.7 acima será efetuado, em 15 (quinze) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos razoáveis com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.3 As despesas a que se refere a Cláusula 9.7 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (e) despesas com cartorários e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

10. Assembleia Geral de Debenturistas

10.1 Disposição Legal Aplicável: À assembleia geral de Debenturistas ("AGD") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.2 Convocação: A AGD pode ser convocada (a) pelo Agente Fiduciário, (b) pela Emissora, (c) pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou (d) pela CVM.

10.2.1 A convocação das AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.2.2 As AGD deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

10.3 Quórum de Instalação: A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

10.4 Mesa Diretora: A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

10.5 Quórum de Deliberação: Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.5.1 abaixo, todas as deliberações tomadas em AGD deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação.

10.5.1 Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 10.5 acima:

- (a) os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura; e
- (b) alterações (1) dos quóruns estabelecidos nesta Escritura; (2) das disposições estabelecidas na Cláusula 10.5 acima; (3) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 4.9.2 acima; (4) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (5) da espécie das Debêntures; (6) da criação de evento de repactuação; (7) das disposições relativas ao prazo mínimo do resgate antecipado; e (8) de qualquer evento previsto na Cláusula 7.1 acima; as quais deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.5.2 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

10.6 Debêntures em Circulação: Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

11. Declarações e Garantias da Emissora

11.1 Declarações e Garantias: A Emissora declara e garante conjunta e solidariamente ao Coordenador Líder que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar os Documentos da Oferta Restrita e a cumprir com suas respectivas obrigações, e obteve todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovações societárias da Emissão e da Oferta Restrita, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) as pessoas que a representam na assinatura dos Documentos da Oferta Restrita têm poderes bastantes para tanto;
- (d) os Documentos da Oferta Restrita constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) a celebração dos Documentos da Oferta Restrita e o cumprimento de suas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida pela Emissora;
- (f) a celebração dos Documentos da Oferta Restrita e a Emissão e a Oferta Restrita (1) não infringem (i) seu estatuto social, (ii) disposição legal, contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte, e/ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora; e (2) não resultarão em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, e/ou (iii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora;
- (g) as obrigações da Emissora nos termos dos Documentos da Oferta Restrita constituem obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

- (h) as operações e propriedades da Emissora cumprem com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor; não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra a Emissora, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa razoavelmente ter um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo);
- (i) a Emissora declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias (1) cujo não pagamento não acarretaria um Efeito Adverso Relevante ou (2) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora, conforme o caso, tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (j) a Emissora cumpre todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde e segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (k) a Emissora cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, (1) exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé e (2) exceto na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (l) a Emissora, nesta data, (1) detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias para o exercício de suas atividades; (2) está observando e cumprindo seu estatuto social e quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um Efeito Adverso Relevante; (3) está cumprindo com a legislação brasileira em vigor; e (4) o cumprimento de suas obrigações decorrentes

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

dos Documentos da Oferta Restrita e da emissão das Debêntures não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;

- (m) não há ações judiciais, processos ou arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias contra a Emissora, que, de acordo com o melhor conhecimento da Emissora razoavelmente poderia, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Adverso Relevante;
- (n) a Emissora mantém cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que está engajada; a Emissora não tem qualquer razão para acreditar que não conseguirá renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou que não conseguirá obter cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria razoavelmente em Efeito Adverso Relevante;
- (o) a Emissora mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (1) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração da Emissora; e (2) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter contabilidade dos ativos da Emissora;
- (p) a Emissora possui e detém o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, *software* e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-la a continuar conduzindo seus negócios da forma como são atualmente conduzidos, exceto onde a falta deste título não possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (q) na data de celebração da presente Escritura e na data de integralização das Debêntures, a Emissora é e continuará sendo solvente, nos termos da legislação brasileira;
- (r) a Emissora não omitiu do Coordenador Líder nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa razoavelmente resultar em Efeito Adverso Relevante;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

- (s) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas pela Emissora ao Coordenador Líder, anteriormente ou concomitantemente à presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas, verdadeiras, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas no referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (t) as demonstrações financeiras auditadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos relevantes nas datas em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora no período e foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, que emitiram pareceres de auditoria sobre essas demonstrações financeiras sem qualquer ressalva;
- (u) as demonstrações financeiras da Emissora acima referida foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve, no melhor entendimento da Emissora, nenhum fato que pudesse razoavelmente causar um Efeito Adverso Relevante à Emissora;
- (v) a Emissora ou qualquer de seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, exceto com relação aqueles bens que são objeto de concessões governamentais e considerados de interesse público; e
- (w) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora que constam dos Documentos da Oferta Restrita são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes.

11.1.1 Para fins desta Cláusula, “Efeito Adverso Relevante” significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, ou alteração ou efeito sobre a Emissora, considerados em conjunto, que, a critério fundamentado e de boa fé dos Debenturistas, modifique adversamente a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

natureza, da Emissora, de modo a afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes dos Documentos da Oferta Restrita, da Emissão e/ou da Oferta Restrita.

12. Disposições Gerais

12.1 Comunicações: As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

CAMARGO CORRÊA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 12º andar,
Itaim Bibi, São Paulo, SP
CEP 04538-132

At.: Sr. Roberto Navarro Evangelista

Tel.: (11) 2383-9000

Fax: (11) 2383-9201

E-mail: evangelista@camargocorrea.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205
Rio de Janeiro, RJ
CEP 22640-100

At.: Sr. Antonio Amaro

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

E-mail: ger1.agente@oliveiratrust.com.br

Para o Escriturador Mandatário / Banco Liquidante:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar
Vila Yara, Osasco, SP
CEP 06029-900

At.: Sr. José Donizetti de Oliveira

Tel.: (11) 3684-3749

Fax: (11) 3684-5646

E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br/4010.donizetti@bradesco.com.br



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

Para a CETIP

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Av. Brigadeiro Faria Lima, Nº 1.663, 1º andar, São Paulo, SP

CEP 01452-001 - São Paulo - SP

Tel: (11) 3111-1400

Fax: (11) 3111-1400

12.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por fax ou correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

12.2 Renúncia: Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3 Despesas: Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão e a Oferta Restrita ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura, incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.4 Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica: Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

12.5 Irrevogabilidade e Irretratabilidade: Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

12.6 Independência das Disposições: A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.7 Lei Aplicável: Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13. Arbitragem

13.1 Compromisso Arbitral: Qualquer controvérsia ou disputa decorrentes desta Escritura ou a ela relacionados, incluindo quaisquer questões relacionadas à existência, validade, interpretação ou inadimplemento, deverão ser solucionadas de forma definitiva por arbitragem.

13.1.1 A arbitragem será administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Câmara Arbitral") e obedecerá às normas estabelecidas no seu regulamento, cujas disposições integram a presente Escritura, declarando as Partes conhecer e aceitar as regras de continuação do procedimento arbitral à revelia e/ou de atuação da Câmara Arbitral (ou pessoas mencionadas no respectivo regulamento) em caso de omissões ou ausências de qualquer das Partes quanto ao comparecimento em reuniões, audiências, indicação de árbitros e outros procedimentos.

13.1.2 O tribunal arbitral será composto de 3 (três) árbitros, cabendo a cada Parte indicar um árbitro e aos árbitros indicados nomear o terceiro. Em caso de litígio entre as Partes, cada pólo da demanda arbitral deverá indicar o respectivo árbitro de comum acordo, no prazo do regulamento da Câmara Arbitral, sob pena de aplicação das regras de indicação supletiva pela Câmara Arbitral ou por pessoas incumbidas de tal indicação nos termos de seu regulamento.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

13.1.3 A arbitragem terá sede no Município de São Paulo, na sede da Câmara Arbitral ou em outro endereço indicado pelo tribunal arbitral.

13.1.4 O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

13.1.5 A arbitragem será decidida de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil, sendo admitida decisão por equidade somente caso as Partes assim decidam quando da celebração do termo de arbitragem. Os documentos que estejam em outra língua poderão ser submetidos à arbitragem acompanhados de tradução para o português certificada de forma satisfatória, a critério do tribunal arbitral. O procedimento arbitral, assim como todos os documentos, depoimentos, escritos ou orais, produzidos no âmbito da arbitragem serão, na maior extensão possível, confidenciais.

13.1.6 A recusa, por qualquer das Partes, a celebrar o compromisso de arbitragem e/ou estar vinculado pela decisão proferida na sentença de arbitragem será considerada uma violação às obrigações assumidas nesta Escritura e poderá dar origem a indenização, mediante as consequências aplicáveis.

13.1.7 A Parte ou Partes vencidas deverão arcar com os custos em relação à arbitragem, inclusive honorários advocatícios razoavelmente incorridos pelas Partes, devendo o Tribunal Arbitral decidir em caso de sucumbência recíproca.

13.1.8 Antes da instalação do tribunal arbitral, qualquer das Partes poderá requerer ao Poder Judiciário providências de urgência, medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que eventuais requerimentos destas medidas ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do conflito à arbitragem. Após a instalação do tribunal arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao tribunal arbitral, que poderá valer-se do disposto no Artigo 22, § 4º, da Lei nº 9.307/96.

13.1.9 Para as medidas previstas na Cláusula anterior, para a execução das decisões da arbitragem, e para as causas que não estejam submetidas à arbitragem, fica eleita a Comarca da Capital do Estado de São Paulo como o único foro competente, renunciando a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam, ou venham a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.**

São Paulo, 15 de agosto de 2014

- As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes -

(o restante desta página foi intencionalmente deixado em branco)

Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camargo Corrêa S.A.

CAMARGO CORRÊA S.A.



Nome: **Marcio Garcia de Souza**
Cargo:

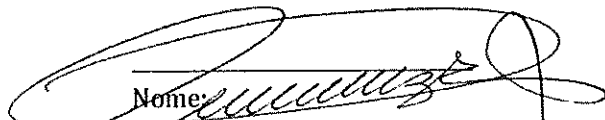


Nome: **Francisco Caprino Neto**
Cargo:

(o restante desta página foi intencionalmente deixado em branco)

Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camargo Corrêa S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome: 
Cargo:

Nome: 
Cargo:

(o restante desta página foi intencionalmente deixado em branco)

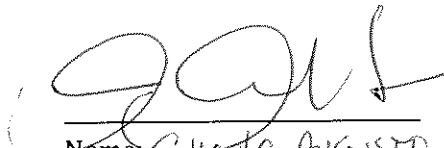
4

2

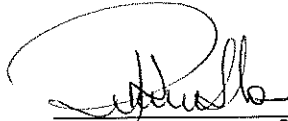


Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camargo Corrêa S.A.

TESTEMUNHAS



Nome: Ezequiel AUGUSTO DE SOUZA
CPF: 060.491.868-79



Nome: Nívea Prates de Almeida
CPF: 106.188.048-62

